

Enem e Educação

POLÍTICAS PÚBLICAS

Desafios na elaboração de planos para primeira infância em municípios pernambucanos

O relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) mostra que 99 municípios pernambucanos ainda não elaboraram o Plano Municipal da Primeira Infância

MIRELLA ARAÚJO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) divulgou um relatório que mapeou a existência de instrumentos que assegurem políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos, em Pernambuco. Segundo o levantamento, 144 cidades pernambucanas (84%) não possuem Marco Legal pela Primeira Infância, e 99 cidades (54%) não elaboraram ainda o Plano Municipal (PMPI) com essa finalidade.

O estudo, divulgado nessa quinta-feira (14), foi feito com base nas respostas de 172 das 184 prefeituras do Estado a um questionário eletrônico enviado pelo TCE-PE sobre a existência, ou não, do documento e da norma, e nas informações extraídas da campanha do Selo Unicef. Apenas os municípios de Calçado e São José do Belmonte, e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, não responderam à pesquisa.

“Nós temos identificado uma série de desafios para que os municípios consigam elaborar seus Planos para a primeira infância. Falta capaci-

THIAGO LUCAS/ DESIGN SJCC

Saiba mais

Distribuição dos Planos Municipais pela Primeira Infância e Marco Legal conforme a Região de Desenvolvimento dos municípios pernambucanos

Região de Desenvolvimento	Nº de Municípios	PMPI	%	População 0 a 6
Agreste Central	27	16	59%	121.700
Agreste Meridional	26	10	38%	82.427
Agreste Setentrional	19	2	11%	59.719
Mata Norte	19	10	53%	63.131
Mata Sul	23	5	22%	85.413
Metropolitana	15	3	20%	343.622
Sertão Central	8	4	50%	20.769
Sertão de Itaparica	7	3	43%	19.099
Sertão do Araripe	10	5	50%	43.277
Sertão do Moxotó	7	2	29%	27.776
Sertão do Pajeú	17	9	53%	37.439
Sertão do São Francisco	7	5	71%	60.615

Fonte: TCE/PE

Thiago Lucas/ Design SJCC

Distribuição dos Planos Municipais pela Primeira Infância e Marco Legal conforme a Região de Desenvolvimento dos municípios pernambucanos

tação para os agentes, financiamento para programas destinados a garantir os direitos das crianças, bem como ainda há baixa compreensão sobre a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral do ser humano”, explicou o auditor do TCE-PE, Diego Maciel.

Outro grande desafio, é a decisão do gestor municipal de dar prioridade absoluta aos direitos das

crianças. O Marco Legal é a lei que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, enquanto o PMPI é aprovado por Lei (nº 17.647/22) e organiza as ações, programas e iniciativas do município, por meio de metas e indicadores.

A elaboração deve ser feita mediante um processo democrático e participativo, envolven-

do órgãos da administração pública, a sociedade civil e a participação das crianças.

ATUAÇÃO DO TRIBUNAL

Em Pernambuco, a vida e o desenvolvimento integral de mais de 840 mil meninas e meninos (9,3% da população) de zero a seis anos dependem de serviços públicos acessíveis e de qualidade nas áreas de saúde, educação, assis-

tência social, saneamento básico, urbanismo, cuidados responsivos, entre outros.

“O Tribunal de Contas tem atuado fortemente em benefício da primeira infância em três eixos principais de ação: fiscalização, comunicação e orientação pedagógica. Foram realizadas operações em áreas sensíveis à primeira infância, como no transporte e infraestrutura escolar e no programa de imunização (vacinas). Também disponibilizamos uma capacitação para ajudar os gestores na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, via Escola de Contas, e promovemos seminários e lives sobre a temática”, informou o auditor Diego Maciel ao JC.

“PODEMOS AVANÇAR COM MAIS RAPIDEZ”

O diretor-executivo do Instituto Pipa, Rogério Moraes, destacou que esse é o primeiro levantamento oficial feito por um órgão do Estado e que a partir dos índices apontados, será possível fazer com que Pernambuco possa avançar mais rápido no que diz respeito ao fortalecimento de ações e políticas públicas para a primeira infância.

Rogério avalia que não estamos em um cenário ruim, do ponto de vista nacional, mas que o principal entrave para que os municípios possam implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância, tem sido a carência de suporte técnico. “É claro que ainda tem alguns municípios que você também precisa fazer a defesa da causa, uma sensibilização”, disse Moraes ao JC.

Continua na próxima página

Enem e Educação

POLÍTICAS PÚBLICAS

Um olhar especial para as crianças no orçamento

Miva Filho/Secom

Continuação

A adoção dessas medidas é responsabilidade do estado e municípios, que precisam implementar políticas intersetoriais e integradas para a primeira infância. “Neste ano, Pernambuco anunciou que vai construir o Plano Estadual de Primeira Infância, que além das diretrizes gerais para o estado, ele também deve inaugurar uma orientação para os municípios. É essa orientação que muitas vezes falta na primeira infância, é o desafio da política intersetorial”, explicou o diretor-executivo do Instituto Pipa.

Também neste ano, pela primeira vez, o Governo de Pernambuco inseriu o Orçamento da Criança, voltado para a primeira infância, no escopo da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024. O Executivo prevê um investimento de R\$ 2.148.963.798,00 só para o próximo ano.

A nível federal, o GT Primeira Infância que integra o grupo chamado de Conselho, entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nessa terça-feira (12), uma síntese preliminar das propostas que estão sendo construídas para o cuidado integral das crianças brasileiras.

Segundo o documento, elaborado sob a coordenação da presidente-executiva da Todos pela Educação, Priscila Cruz, o primeiro passo é criar um Cadastro Único Nacional voltado para a primeira infância. Nele, deverá constar o histórico de acesso a serviços essenciais como saúde,



O Governo de Pernambuco inseriu o Orçamento da Criança, voltado para a primeira infância, no escopo da LOA 2024

educação e assistência social, para que chegue a todas às crianças de 0 a seis anos, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Outro ponto importante abordado pelo GT do Conselho, é a previsão de incentivos técnicos e financeiros para expandir equipamentos públicos, fortalecer os múltiplos serviços individualmente e garantir, com protocolos específicos, a integração entre todos eles.

RECORTE POR PORTE E REGIÕES

A auditoria também levou em conta a população total e de crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos de cada uma das localidades; o porte populacional dos municípios (de acordo com o IBGE); e a classificação relacionada às Regiões de Desenvolvimento.

De acordo com o levantamento do TCE-PE, 40% dos municípios de médio porte e 41,6% dos de grande porte possuem PMPI, respectivamente. Em relação às cidades de pequeno porte, 45% delas informaram possuir o documento. Recife, a única cidade pernambucana com mais de 900 mil habitantes, possui Plano e Marco Legal para a Primeira Infância.

Em relação às regiões de desenvolvimento, o Agreste Setentrional foi a região com o menor percentual, tendo 11% de seus municípios com Plano Municipal pela Primeira Infância, enquanto o Sertão do São Francisco apresenta o maior percentual (71%).

O trabalho foi coordenado pela Gerência de Padrões, Métodos e Qualidade (GQUALI) do TCE-PE, com a colaboração do Departamento de Fiscal-

ização Regional (DREGIO) e de parceiros externos como a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME-PE), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Pernambuco (UNCME-PE), o Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco (FEIPE), a Rede Nacional Primeira Infância (REPI-PE), dentre outros.

POBREZA NA INFÂNCIA

Dados do relatório “Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil”, divulgado pela UNICEF em agosto deste ano, mostram que o cenário é desafiador. O estudo revelou que 73,4% das crianças pernambucanas vivem em situação de pobreza, o que pode comprometer o desenvolvimento cerebral e prejudicar a capacidade de

aprendizagem e de relacionamento do indivíduo, inclusive na vida adulta.

Para o chefe do escritório do UNICEF no Recife, Verônica Bezerra, estratégias como os Planos Municipais pela Primeira são fundamentais para que as ações voltadas às crianças sejam prioridade no orçamento e nas políticas públicas.

“O UNICEF reconhece, com satisfação, a importância da iniciativa do TCE de Pernambuco em investir na primeira infância e realizar este mapeamento. Esperamos que os resultados contribuam para o fortalecimento de ações em benefício dos direitos de cada criança, especialmente num período tão importante como o da primeira infância”, afirmou Verônica Bezerra.

*Com informações da Gerência de Jornalismo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE)